



Revista Lusófona de Educação

ISSN: 1645-7250

revista.lusofona@gmail.com

Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias
Portugal

Sanches, Isabel

Reseña de "Connaître le handicap, reconnaître la personne" de Charles Gardou (coord.)

Revista Lusófona de Educação, núm. 4, 2004, pp. 177-180

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Lisboa, Portugal

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=34900407>

► Comment citer

► Numéro complet

► Plus d'informations de cet article

► Site Web du journal dans redalyc.org

redalyc.org

Système d'Information Scientifique

Réseau de revues scientifiques de l'Amérique latine, les Caraïbes, l'Espagne et le Portugal

Projet académique sans but lucratif, développé sous l'initiative pour l'accès ouverte

Charles Gardou (coord.), 2003 (1ª ed., 1999)
**Connaître le handicap, reconnaître
 la personne**

Ramonville Saint-Agne: Editions Erès, 252 pp.

A obra em epígrafe é o resultado do essencial das conferências e mesas redondas do Colóquio Internacional «La personne handicapée: d'objet à sujet», realizado na Universidade Lumière-Lyon2, em Setembro de 1998.

O coordenador da obra, C. Gardou, abre e fecha o texto com citações, três das quais de Michel Serres, expressando, assim, a essência das linhas de pensamento que pretende veicular: as consequências inerentes à falta de capacidade do ser humano de reconhecer e ser reconhecido¹, o contrasenso da normalização² do género humano e a necessidade de um “intelecto simplesmente democrático”.³

Na introdução à obra, C. Gardou faz uma interessante e profícua reflexão à volta da problemática “de conhecer a reconhecer”, a partir da pergunta «Como permitir aos que o azar do nascimento ou da vida estigmatizou serem reconhecidos, sem condições, como sujeitos e desempenharem, plenamente, o seu papel na comunidade humana?»⁴. Através de quatro eixos centrais propõe-se confrontarmo-nos com a imprescindível interacção com o “outro” para a existência do “eu”⁵: (1) “o reconhecimento como necessidade vital de todo o ser humano” - não é sujeito enquanto não for reconhecido como tal, pelo outro, na sua diferença; (2) a autonomia - não é sujeito sem que o outro acompanhe a sua conquista de autonomia, mesmo que esta esteja comprometida; (3) “os direitos imprescindíveis de todo o ser humano” - não é sujeito sem que o outro reconheça os seus direitos e a sua dignidade; (4) “o dizer e o agir” - não é sujeito se a sociedade não traduzir em actos as suas intenções democráticas e de integração. Preconiza, ainda, a necessidade de uma “transformação antropológica”⁶ da qual as pessoas

com deficiência não seriam os únicos beneficiários.

A obra encontra-se dividida em duas grandes temáticas, num todo coerente: “A pessoa com deficiência: de objecto a sujeito” e “Das intenções aos actos”. Finaliza com as conclusões, uma extensa bibliografia e com anexos que dão conta dos objectivos, filosofia, linhas de investigação e de acção do CRHES⁷ da Universidade Lumière-Lyon2, organizador do colóquio a que acima se fez referência.

Na primeira grande temática abordada, “A pessoa com deficiência: de objecto a sujeito”, encontram-se sete interessantes comunicações, em que participam dezassete autores, que nos convidam a reflectir sobre as “oportunidades e os obstáculos da passagem de objecto a sujeito”, bem como algumas vias, não despidas de grandes constrangimentos, de, nos dias de hoje, aceder à dignidade de sujeito, à cidadania, à qualidade de vida e à autonomia, ao respeito da vida e da pessoa.

Um dos supracitados autores confronta-nos com questões pertinentes que têm a ver com o “viver diferente”⁸, equacionando à partida a seguinte pergunta: “Pode-se viver diferente?” e dando a sua resposta ao apelar à necessidade de “descobrir o sentido da dignidade humana”, de “accionar a solidariedade” de “desejar o reconhecimento para si e para o outro” de “democratizar e conviver”, elegendo como elemento principal deste convívio/socialização a amizade⁹; um outro selecciona, para a sua e a nossa reflexão, as questões que envolvem o facto de se “nascer diferente”¹⁰, finalizando o seu texto com a necessidade de nos interrogarmos sobre as “relações entre direito, ciência e consciência”. Propõe-nos uma pequena incursão antropológica, partindo da questão: “Tem-se o direito de nascer

diferente?"¹¹, fazendo-nos reflectir sobre o "eugenismo", a "selecção natural" e, hoje, o aborto terapêutico e a reivindicação do "direito" ao aborto, numa tentativa de "expulsão radical daquilo que nos incomoda", num prenúncio de "conceber um direito de nascer ou de não nascer"¹² ou, ainda, decidir, independentemente da sua incapacidade, sobre o viver ou deixar de viver.¹³

Para suscitar a reflexão sobre "respeitar a vida e a pessoa"¹⁴, a palavra aos pais é dada através de Marc Poilvert¹⁵ que nos conduz ao combate quotidiano das famílias a favor da conquista de cinco valores essenciais para os seus deficientes: a dignidade, a família, a tolerância, a solidariedade e a responsabilidade; o respeito pela vida e pela pessoa com deficiência tornar-se-á realidade, segundo Bertrand Besse-Saige, quando os técnicos, que vivem colados e permanentemente se substituem à pessoa com deficiência, conseguirem fazer com que mude o seu estatuto, passar de "sujeito subordinado à autoridade médico-social ao de actor da sua própria vida"¹⁶, e a ajudem a encontrar os ingredientes, existentes e emergentes, necessários ao desenvolvimento do seu projecto de vida.

Relativamente à segunda grande temática "Das intenções aos actos" podemos usufruir dos contributos de vinte e sete autores, agrupados em sete temáticas, que se desenvolvem à volta de "pensar e agir a integração", da necessidade de "ultrapassar a deficiência para construir uma memória colectiva" e da auto-realização através da escola, do acesso ao "saber e à cultura", do aceder a uma profissão, ao viver do quotidiano e à construção de "uma vida afectiva e familiar".

É Monique Vidal¹⁷ que nos convida a questionar a intenção de integrar, conduzindo-nos aos finais do século XIX e percorrendo o séc. XX, seleccionando para enfoque da sua reflexão a criação das classes especiais¹⁸ nas escolas regulares que, com todas as contestações, vicissitudes e contradições de que foram alvo, foram aproveitadas por alguns (Freinet) como "lugares de resistência à ordem estabelecida e à selecção escolar"¹⁹, podendo considerar-

se que estão na base de uma intenção de integração. A categorização, como fundamento da segregação das pessoas com deficiência, é um outro ponto de reflexão de mesma autora, preconizando que, com a abolição do reagrupamento das pessoas em categorias, se não se mudam atitudes, se contribuirá, sem dúvida, para um "reconhecimento incondicional das pessoas deficientes".²⁰

A realização pessoal na escola e através da escola pode ser alcançada através da colaboração efectiva dos protagonistas do processo de integração²¹, com destaque para a colaboração entre os professores do ensino regular e os profissionais especializados²², colaboração essa que assenta em três eixos: (1) pôr em comum informação, saberes, experiências e práticas, (2) reflectir em comum relativamente a atitudes a adoptar e práticas a desenvolver e (3) implicar todos nas acções a desenvolver (co-responsabilização no processo de integração e co-desenvolvimento das actividades escolares). A co-reflexão em função de um aluno com dificuldades é o ponto de partida para responder e pôr em prática medidas que satisfaçam as necessidades de todos os alunos. O desafio de aceitar a incerteza para abrir novas possibilidades é o que nos propõe Crouzier, através de um relato impressionante que realça a coragem de confrontar as instituições e o saber feito(?) sobre situações não estudadas. "Descobrir uma outra dimensão da profissão de professor" através de um trabalho de equipa, concretizado pelas Unidades Pedagógicas de Integração, que possa atenuar a distância que se verifica entre a vontade generalizada em favor da integração e as suas vivências no quotidiano e, ainda, acompanhar as reais mudanças sociais e escolares que necessitam de muito realismo e voluntarismo, é a reflexão proposta por Maurice Daubannay, inspetor da Educação Nacional.

"Aceder ao saber e à cultura" não só o acesso físico, o que, por si, é um problema ainda não resolvido, mas aceder ao centro da cena, entrando em relação com os outros e sendo sujeito de criação, elegendo a arte como modo de integração, "no seio da qual se pode exprimir simbolicamente o carácter

comunitário da sociedade"²³, é que nos propõem Buttet, Guiponi, Auzias e Chalaguier.

"Integrar-se através da profissão" é um dos grandes desafios da pessoa com deficiência, para o que é necessário "criar redes de acompanhamento profissional"²⁴, "obter as compensações necessárias para viver como cidadãos válidos"²⁵ prevenir os riscos da "inclusão familiar"²⁶, "melhorar formação dos profissionais"²⁷ e "facilitar a passagem da formação para o trabalho".²⁸

"Viver o quotidiano" com todos os obstáculos e as surpresas com que o dia-a-dia contempla cada um de nós em geral e as pessoas com deficiência em particular é uma tarefa hercúlea. O simples acto de vestir diário, a toma de medicamentos, as questões de intimidade, as ajudas no domicílio e os tempos livres são alguns dos aspectos para os quais é suscitada a nossa atenção e curiosidade, despertando-nos para aspectos que nos passam completamente despercebidos. É um falar por dentro, por quem, sendo vítima de cada um destes pequenos grandes "nadas", consegue fazer uma análise bem crítica, despida de preconceitos, dos custos acrescidos que tem viver com deficiência e ultrapassá-la, acedendo a um lugar entre os melhores.²⁹

Para o desenvolvimento do tópico "construir uma vida afectiva e familiar", somos confrontados com a necessidade de reflectir sobre aspectos diferentes e complementares: "dinamizar a vida relacional", "reconhecer a importância da vida sexual", "acompanhar a investigação da autonomia afectiva", "afastar-se do debate sobre o «interdito» e o «permitido»" e "viver o amor na sua dupla dimensão afectiva e física".³⁰

Para concluir Maudinet, Plaisance e Gardou propõem-nos algumas considerações "Para entrar no século XXI", desdobradas em três grandes enfoques: "Pensar em primeiro lugar no sujeito-cidadão e na perenidade dos vínculos sociais num contexto complexo e incerto",³¹ "Sair igualmente de uma situação paradoxal e sensibilizar para a vida em comum com os que perturbam a ordem estabelecida"³² e "Recusar, enfim, alienar a pessoa à sua

diferença e lutar sem descanso contra as formas de desprezo"³³.

Relativamente ao primeiro enfoque, Maudinet conduz-nos ao texto da ONU³⁴ que apresenta a deficiência como um resultado das relações das pessoas deficientes com o seu meio ambiente e, não, unicamente, a consequência de uma causa orgânica, pelo que nos leva a recusar a ideia de, por um lado o indivíduo, do outro a sociedade. "Pensar o sujeito-cidadão" é pensar a sociedade, como espaço de partilha e de solidariedade. "Pensar a acção a partir da ideia de um *sujeito cidadão* é conceber que o todo não é a soma das partes, mas a totalidade é o que cada uma das partes evoca."³⁵

Plaisance chama a atenção para a fragilidade da nossa integridade física e de emprego o que nos pode conduzir a todos a situações de exclusão social e para alguns paradoxos que podemos encontrar nas medidas sociais e políticas. A exclusão social, essencialmente na deficiência mental, é o resultado do medo de perturbação da individualidade de cada um, é a recusa a aceitar a nossa imagem no espelho partido. Para passar das *intenções* aos *actos* propõe a vida em comum, mesmo para os mais perturbadores, não numa estratégia de assimilação, mas na compreensão, através das diferenças, da humanidade comum, o que vai permitir uma verdadeira interacção social entre os sujeitos.

Gardou convida-nos a pôr de lado o "pronto a pensar, o fechado, o sistemático" para abriremos a reflexão e a acção para "o aberto, o imprevisível, o sempre inacabado". "Alienar a pessoa à sua diferença", encaixá-la em categorias pseudo-científicas é continuar "a fazer desaparecer os nossos rostos quebrados" e a participar em processos de exclusão e na sua reedificação. O deficiente, se não sair da categoria que o assimilou e encarcerou, não é reconhecido como ser pleno de dignidade, de direitos. O futuro desafia-nos a encarar a complexidade do real humano, aceitando não o poder medir nem categorizar, e a reconhecer "o valor construtivo da dissonância, uma educação sustentada na heterogeneidade e nos laços sociais, o ter em conta os desejos, as necessidades e a

vulnerabilidade que nos são comuns e nos fazem diferentes/semelhantes, a passagem de um olhar que considera a pessoa deficiente como objecto a um olhar que a reconhece como sujeito, a recusa de alienar a pessoa à sua diferença".³⁶

O olhar multifacetado sobre a temática em estudo, desenvolvida por um alargado número de pessoas, deficientes ou não, todas elas com percursos brilhantes de vivências e reflexões sobre as questões da deficiência e sua contextualização teórico-prática, abre caminho a outros olhares, essenciais para uma compreensão da dimensão individual e social desta problemática e a co-responsabilização de cada um na representação da deficiência e na actuação a que são sujeitas as pessoas em situação de deficiência. Todos os que pensam numa sociedade mais equitativa podem encontrar nesta obra os fundamentos para recolocar ou mudar as "lentes" que têm vindo a gerar medos intrínsecos, impeditivos de considerar o outro como um de nós, como eu próprio, e a reivindicar para ele os direitos de que eu já usufruo.

Isabel Sanches

Notas

¹ « nous risquons de disparaître ensemble comme des sots », p. 11

² « comment imposer le normal sans sottise ni crime (...) ? », p. 11

³ « Nous manquons pour l'homme d'un intellect simplement démocratique », p.235

⁴ P. 13

⁵ « Je suis reconnu, donc j'existe », p.18

⁶ P. 27

⁷ Collectif de Recherches sur le Handicap et l'Education Spécialisée (CRHES)

⁸ Thomas de Koninck, professor na universidade Laval, Quebec. Pp. 53-68.

⁹ O autor cita Aristóteles, dizendo que o mesmo «tem o cuidado de abrir as suas discussões sobre amizade pela constatação de que esta é "o que há de mais necessário para viver"»

¹⁰ Danielle Moyse, doutor em Filosofia, membro do CRHES. Pp. 101-110.

¹¹ P. 106

¹² P. 110

¹³ Jean-Marc Bardeau-Garneret, doutor em Ciências da Educação, membro do CRHES, deficiente motor. Pp. 117-121

¹⁴ Pp. 111-124.

¹⁵ Vice-presidente da União nacional das associações de pais e amigos das pessoas deficientes (UNAPEI) e presidente da UNAPEI Rhône-Alpes. Pp. 111-113.

¹⁶ Bertrand Besse -Saige, membro do CRHES. P. 117.

¹⁷ Professora universitária, membro do INRP-CRESAS. Pp. 127-132.

¹⁸ Mais tarde denominadas classes de aperfeiçoamento.

¹⁹ P.130

²⁰ P.132

²¹ Brigitte Belmont e Aliette Vérillon, investigadoras do INRP-CRESAS.

²² Esta informação é baseada em investigações realizadas pelas autoras em 1993/1994.

²³ P. 167.

²⁴ Jean -Pierre Faurand, p.173.

²⁵ Paul Boulinier, p.175

²⁶ Charles Roncin, p.178

²⁷ Lambros Stavrou, p.180

²⁸ Serge Portulier, p. 184

²⁹ Marc Metery, Yves Lacroix, André Leveaux e Gloria Laxer, pp. 189-200.

³⁰ Adriana Brandão, Michel Mercier, Elisabeth Zucman, Christian Juncker, René-Claude Lachal, pp. 201-221.

³¹ Marc Maudinet, director do Centre technique national d'études et de recherches sur les handicaps et les inadaptations (CTNERHI); doutor em Ciências Sociais.

³² Eric Plaisance, presidente do Conselho Científico do CTNERHI.

³³ Charles Gardou, Director do Laboratório LAREHA: « Handicaps: recherches anthropologiques et traitements éducatifs »

³⁴ Resolução 37/52, Dezembro de 1982, capítulo I, secção C, § 7.

³⁵ P.228.

³⁶ P.234.